

14- IGUALDADE TRÊS PODERES NO SISTEMA PREVIDENCIÁRIA

Claro, eis um resumo estruturado da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) denominada "PEC da Igualdade Previdenciária Sustentável":

Resumo da PEC da Igualdade Previdenciária Sustentável

Objetivo Central: Estabelecer um regime previdenciário único e igualitário para todos os futuros servidores públicos, extinguindo privilégios, e promover a sustentabilidade financeira do sistema, com respeito aos direitos adquiridos.

Principais Pontos da Proposta:

1. Fim dos Regimes Próprios para Novos Servidores (Art. 1º e 2º)

- Cria um **Regime de Previdência Unificado** para todos os agentes públicos que ingressarem após a promulgação da PEC, incluindo todos os Poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário) e esferas (União, Estados, DF e Municípios).
- **Regras Únicas para o Novo Regime:**
 - o **Idade mínima:** 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres).
 - o **Tempo de contribuição:** 25 anos.
 - o **Cálculo do benefício:** média de todas as contribuições, com acréscimo de 2% ao ano por tempo de contribuição beyond o mínimo.
 - o **Valor:** Mínimo de 1 salário-mínimo e máximo do teto do RGPS (Regime Geral de Previdência Social).
 - o **Fim da Integralidade e Paridade:** Expressamente proibidas.

2. Transição para Servidores Atuais (Art. 3º)

- **Direitos adquiridos são preservados** para os servidores já em exercício.
- Oferece uma **opção voluntária** de migrar para o novo regime.
- Aumenta progressivamente as **alíquotas de contribuição** para quem receber proventos futuros acima do teto do RGPS.

3. Teto Progressivo para Novas Aposentadorias (Art. 4º)

- Estabelece um limite decrescente para o valor dos benefícios, partindo de **1,5 vez o teto do RGPS** e equalizando-o ao **teto do RGPS** em até 6 anos.

4. Regras Específicas para Categorias (Arts. 5º, 6º e 7º)

- **Professores da Educação Básica:** Idade reduzida (55 anos mulheres, 58 homens) e tempo de contribuição (25 anos mulheres, 28 homens).
- **Trabalhadores Rurais:** Idade reduzida (55 anos, mulheres, 58 homens) e tempo de contribuição 5 anos menor que o regime geral.
- **Pensão por Morte:**
 - o Corresponderá a **80%** do benefício do falecido, +10% por dependente (até 100%).
 - o Piso de 1 salário-mínimo e vedação de acúmulo se a soma dos benefícios superar 2 salários-mínimos.

5. Fontes de Financiamento (Art. 8º)

- Cria novas fontes de receita para garantir a sustentabilidade:
 - o Alíquota de **1% a 3%** sobre **dividendos e lucros distribuídos** acima de 10 salários-mínimos.
 - o Contribuição de **0,5%** sobre **transações financeiras de alta velocidade**.
 - o Aumento de **1 ponto percentual** na contribuição patronal de grandes empresas.

6. Transparência e Controle Social (Art. 9º)

- Cria o **Sistema Nacional de Transparência Previdenciária:**
 - o Portal público com todos os benefícios pagos (identificação, valor e fundamento legal).
 - o Conselhos gestores com participação de governo, trabalhadores e aposentados.
 - o Relatórios bimestrais de sustentabilidade.

7. Vedações Expressas (Art. 10)

- Proíbe a criação de **novos regimes especiais**.
- Veda o cálculo de proventos com base **apenas no último salário**.
- Veda a **vinculação automática de reajustes** aos salários da ativa para futuros beneficiários.

8. Disposições Finais (Arts. 11, 12 e 13)

- Mantém a vigência da Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência) onde não houver conflito.
- Submete a PEC a um **Referendo Popular** dentro de 12 meses.
- Entra em vigor 90 dias após sua publicação.

Justificativas Sintetizadas (Conforme o Texto):

- **Viabilidade Constitucional e Política:** Respeita direitos adquiridos, tem transição gradual e busca legitimidade via referendo.
- **Justiça Social:** Acaba com privilégios para novas gerações de servidores, mantém proteções a professores e rurais, e elimina "superaposentadorias".
- **Sustentabilidade Fiscal:** Cria fontes de financiamento e reduz despesas futuras.
- **Controle Social:** Implementa transparência total e participação social.
- **Isonomia Real:** Estabelece as mesmas regras básicas para todos os trabalhadores, acabando com o "apartheid previdenciário".

Em resumo, a PEC propõe uma unificação do sistema previdenciário, onde todos os futuros servidores públicos seguirão regras similares às do setor privado, mantendo condições especiais apenas para professores e trabalhadores rurais, e criando mecanismos de financiamento e transparência para garantir a sustentabilidade do sistema a longo prazo.